



## FOLCLORE, CULTURA POPULAR, CULTURA DE MASSA

Doralice Fernandes X. Alcoforado  
Presidente da Comissão Baiana de Folclore

O termo folclore foi criado em 1846 na Inglaterra por William John Thoms em carta publicada na Revista Ateneu e usado para significar o resgate de sobrevivências de uma cultura em extinção. Sua preocupação era a de preservar o que existia de curioso e interessante em “antiguidades populares”. O fato folclórico era caracterizado pelo: anonimato, transmissão oral, antiguidade, tradicionalidade.

Folcloristas reunidos no primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro de 1951, entre eles Câmara Cascudo, Renato Almeida e Édison Carneiro, elaboraram a Carta do Folclore Brasileiro em que definiam o fato folclórico, eliminando a exclusividade dos atributos antiguidade, oralidade e anonimato, relativizando a condição de tradicionalidade, ao admitir como característica principal, a aceitação coletiva.

No VIII Congresso Brasileiro de Folclore, em Salvador, em 1995, estudiosos apresentaram a releitura da Carta do Folclore Brasileiro em que o termo sofre algumas modificações. Adotam, de acordo com a recomendação da UNESCO para a Salvaguarda do Folclore, definida na reunião de Praga em 1995, o seguinte conceito de Folclore:

O conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo da sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade.

Estas características são entendidas da seguinte forma:

**Aceitação coletiva** – ou seja, a que passa a ser considerada patrimônio comum do grupo podendo ocorrer adições, variações e reinterpretações.

**Tradicionalidade** – entendida como continuidade em que os fatos novos se inserem sem uma ruptura com o passado, mas construindo-se sobre esse passado.

**Dinamicidade** – admite a inserção de fatos novos no folclore incorporados através dos meios de comunicação de massa e folclorização de fatos, manifestações eruditas ou de cultura de massa aceitas coletivamente. Ex.: festas do ciclo junino.

**Funcionalidade** – o fato folclórico integram sistemas culturais. É vivenciado no contexto do social, do econômico, do político. (Função decorativa dada a objetos que perderam sua função utilitária ou foram substituídos por outros. Por exemplo: objetos de cerâmica utilitária, substituídos pelos de alumínio, de plástico, etc.)

A essas características, poderiam ainda ser acrescentadas (Benjamin, 2004, p.20):

**Espontaneidade** – os fatos e as manifestações folclóricas nascem da comunidade e não através de decretos e portarias. Surgem da criação do povo, a partir da sua cultura ou da hibridização com elementos de outras culturas; da incorporação de elementos e motivações dos meios de comunicação de massa..

**Regionalidade** O folclore é universal e tradicional em seus temas e motivos (as invariantes, atualizadas a partir das versões), mas é regional e localizada. A manifestação folclórica é própria de uma comunidade, de uma vila, de uma região. Uma mesma manifestação pode apresentar variantes em localidades diferentes. Ex.: a feijoada, a moqueca, etc.

Assim entendido como cultura popular tradicional, o folclore é dinâmico e evolui com as mudanças da sociedade. Não é sobrevivência, mas cultura viva. As nossas manifestações folclóricas são criação do povo brasileiro ou foram recriadas a partir de outras culturas e incorporadas às tradições brasileiras. Ex.: os pastoris religiosos (trad. portuguesa através da catequese). O folclore é portador de identidade nacional e regional.

## **O ESTUDO DO FOLCLORE NO BRASIL**

Há mais de meio século, o baiano, escritor e diplomata Renato Almeida criou a Comissão Nacional de Folclore, como órgão ligado à estrutura administrativa do IBECC - Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura/UNESCO, do Ministério das Relações Exteriores, em caráter provisório. Transformada em pessoa jurídica de direito privado, a Comissão Nacional de Folclore congrega, sob um modelo federativo, as comissões de folclore nos vários Estados.

Em decorrência da mobilização promovida pela Comissão Nacional e pelas Comissões Estaduais, em 1958, foi criada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, implementada por Édison Carneiro e, em seguida, por Bráulio do Nascimento, a qual tem passado por várias estruturas jurídicas na administração dos Ministérios da Educação e Cultura; posteriormente da FUNARTE, atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, com sede no Rio de Janeiro, onde mantém uma biblioteca e um museu.

Nos últimos anos, a Comissão Nacional de Folclore vem promovendo e participando de discussões e eventos sobre a preservação do patrimônio imaterial brasileiro, ampliando a visão que defende o patrimônio cultural na sua expressão artística e científica – os saberes

tradicionais. Contido no dispositivo legal criado através do decreto 3.551 de 4/8/2000 que trata exclusivamente do registro dos bens imateriais e que atribui a um órgão federal a tarefa de proceder o equivalente a um tombamento de todo o patrimônio imaterial do território brasileiro, este decreto está à espera da aprovação de uma lei que garanta a proteção do patrimônio imaterial que depende da regulamentação dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal. Enquanto não se tiver uma legislação adequada, o patrimônio cultural do povo brasileiro está correndo risco.

## COMISSÃO BAIANA DE FOLCLORE

A Comissão Baiana de Folclore, entidade cultural sem fins lucrativos, foi fundada em 22 de agosto de 1948 com o objetivo de incentivar e coordenar as pesquisas, os estudos, a promoção, a defesa e a divulgação da cultura popular no estado da Bahia (Estatuto – 18/08/95).

A Bahia, em todas as suas regiões, possui um rico patrimônio cultural popular que se caracteriza pela diversidade de expressões musicais, dramáticas, coreográficas, literárias, culinárias e artesanais. Constituído ao longo da formação histórica de cada uma dessas regiões, resultante dos cruzamentos de imaginários e práticas culturais das etnias e grupos humanos que aportaram no Estado, esse patrimônio cultural, por isso mesmo, é o fundamento e a representação, continuamente atualizada, da memória social do povo baiano.

A Comissão Baiana de Folclore, que esteve desativada por algum tempo, no momento vem retomando suas atividades. Pretende promover cursos, encontros que possibilitem a discussão e a divulgação desse patrimônio, como também realizar, a partir de pesquisas, o registro e o estudo do patrimônio imaterial da Bahia, pois se entende que essa é uma condição importante para preservar, valorizar e revitalizar a cultura popular e desse modo fortalecer as identidades locais.

É dentro desse espírito que a Comissão Baiana de Folclore, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, está promovendo este primeiro **Curso Sobre Cultura Popular**. É também um dos objetivos deste Curso levar o estudo e a discussão desses saberes às escolas do Ensino Fundamental e Médio do nosso Estado, estimular a pesquisa, fazendo da escola um centro receptor, difusor e dinamizador do conhecimento.

Salvador, 2006.